

Seminário sobre o Novo CPC



A Justiça Federal de Goiás promoveu nos dias 18, 19 e 20 de novembro, em seu auditório, um seminário sobre o novo Código de Processo Civil voltado para estudantes de direito, advogados, servidores e magistrados cujo objetivo foi debater as inovações trazidas pelo novo CPC.

Na abertura, o Diretor do Foro juiz federal Paulo Ernane Moreira Barros agradeceu a presença da comunidade jurídica presente e destacou que a iniciativa de realização do seminário partiu dos colegas juízes e juízas federais, que externaram sua preocupação em ter que aplicar a novel legislação a partir de março de 2016, sem que tenham tido oportunidade de se familiarizar com as diversas inovações ali contempladas.

E afirmou em seu discurso que a realização o referido evento não faria sentido se não houvesse a participação dos demais sujeitos da relação jurídica processual. “É que a sedimentação e o amadurecimento das teses jurídicas nasce da discussão doutrinária, do embate jurisprudencial e do diálogo entre os sujeitos do processo, de forma que a realização do evento restrito ao âmbito da magistratura federal poderia ser marcado pelo discurso unilateral, pelo monólogo estéril e sem os resultados desejáveis. Por isso é que na formatação do evento houve a preocupação de convidarmos palestrantes e debatedores dos diversos seguimentos que compõem o núcleo daquilo que costumamos denominar de “o meio jurídico”.

A palestra inaugural ficou a cargo do juiz federal Jesus Crisóstomo de Almeida, que falou sobre “O sistema recursal no novo CPC” que teve como debatedora a advogada e professora universitária, Dra. Valentina Jungmann.

No segundo dia, quinta-feira, o jurista Nelson Nery Júnior discorreu sobre o Novo CPC e a Constituição Federal e teve como debatedor o juiz federal Juliano Taveira Bernardes.

Na sexta-feira, a palestra de encerramento foi proferida pelo juiz estadual da Comarca de Goiânia, Reinaldo Alves Ferreira cujo tema abordado foi “A tutela de urgência no novo CPC” e que teve como debatedora a advogada da Caixa Econômica Federal, Dra. Marta Faustino Nobre.

Os palestrantes e debatedores foram presenteados com um livro de fotografias “Eu vi Goiânia Crescer” do fotógrafo Hélio de Oliveira.

O evento foi promovido pela Seção de Comunicação Social e contou com o patrocínio da Caixa Econômica Federal e do Sinjufego.



Paulo Ernane, Nelson Nery e Juliano Taveira



Reinaldo Alves Ferreira, Paulo Ernane e Marta Faustino



Jesus Crisóstomo, Paulo Ernane e Valentina Jungmann

Visita de Estudantes

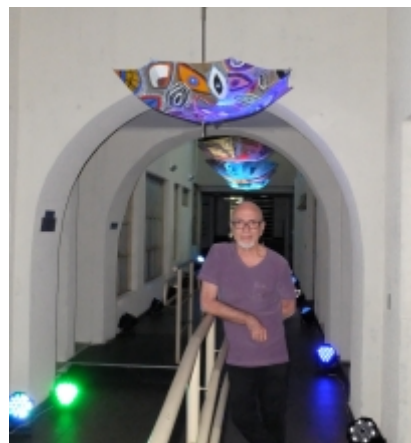


Aproximadamente 600 estudantes de Direito das faculdades Uni-Anhanguera, Alfa e Universo visitaram a Justiça Federal nos meses de setembro e outubro.

Nestes meses, os juízes federais Hugo Otávio Tavares Vilela, Alderico Rocha Santos, Carlos Augusto Tôres Nobre e Leonardo Buissa se dispuseram a conversar com os alunos sobre temas diversos envolvendo o cotidiano do magistrado, seu papel nos dias atuais, justiça e ética etc.

As visitas são de atribuição da Seção de Comunicação Social e podem ser agendadas pelos ramais 1790 ou 1517.

Exposição Tomara que Chova



No dia 09 de outubro, o servidor Carlos Eduardo Rodrigues Alves, ator e artista plástico conhecido no cenário artístico como *Duca* promoveu uma exposição de guarda-chuvas intitulada “Tomara que chova”, que contou com o apoio da Caixa Econômica Federal.

Motivado pela falta de chuva e preocupado com os problemas ambientais, ele pintou em 10 guarda-chuvas imagens inspiradas na natureza e nas cidades.

“Sempre fujo do realismo, e tento passar a realidade de maneira não óbvia, surpreendendo, para atingir uma emoção e um estranhamento que envolvam o observador”, afirma Duca.

Como ator, ganhou o prêmio ABD de melhor ator no Fica 2015.

Como artista plástico, ele já expôs em coletivas na Assembléia Legislativa e no CRECI, promovidas por Elifas Modesto. E também na Kasebre Galeria e no Espaço Cultural da Justiça Federal.

É autodidata.

Como supervisor da Seção de Comunicação Social, ele prestigia a cultura promovendo exposições de artistas e apresentação de espetáculos e músicos, como Léo Pincel, Pitágoras, Sílvio Pio X, Maria Eugência, Maíra, Cristiane Perné, Grupo Nu Escuro.



Guarda-chuvas expostos na entrada da Rua 20



Na abertura da exposição foi servido um coquetel para os presentes.

Mutirão de Conciliação



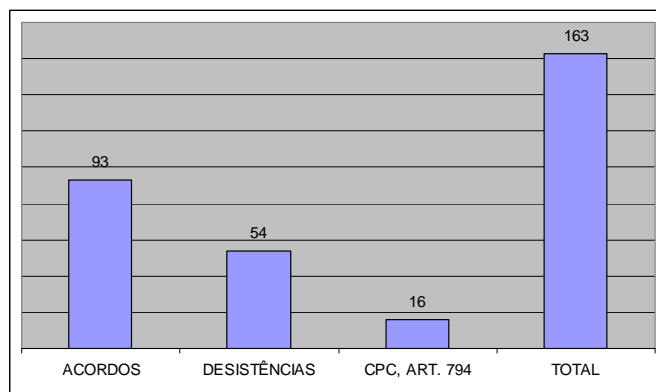
À direita a supervisora da Seção de Conciliação Carolina Brito Alves ladeada por servidores e estagiários da JFGO.

O Núcleo de Conciliação e a 12ª Vara Federal desta Seccional promoveram, em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás, um Mutirão de Conciliação que envolveu 514 (quinhentas e catorze) partes executadas.

As atividades, realizadas de 19 a 22 de outubro de 2015, na Sede da Seção Judiciária de Goiás, foram conduzidas pelos servidores da 12ª Vara, sob a supervisão de Humberto Soares Lemes e da Supervisora do Centro Judiciário de Conciliação (CEJUC-GO), Carolina Brito Alves, e direção do Juiz Federal Carlos Roberto Alves dos Santos.

O mais dos feitos envolvia a cobrança de multas lavradas pelo CREA/GO na fiscalização de obras de engenharia.

Foram prolatadas 163 (cento e sessenta e três) sentenças durante o evento, sendo 93 (noventa e três) homologatórias de acordo, 54 (cinquenta e quatro) de desistência e 16 (dezesesseis) de extinção pelo pagamento (artigo 794 do CPC), o que reverteu às contas da autarquia o numerário aproximado de R\$ 80.000(oitenta mil reais). Confira-se o quadro:

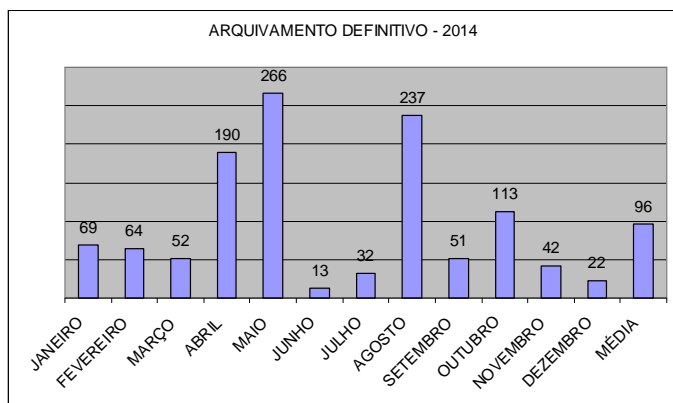


A prática conciliatória é medida estrategicamente adotada pela 12ª Vara Federal com a finalidade de reduzir seu acervo processual e conferir maior efetividade à recuperação dos créditos exequendos.

Os números têm impacto significativo na produtividade, sobretudo se levadas em consideração as dificuldades de localização dos executados e de bens servíveis à satisfação dos débitos, bem como a consequente dificuldade de promover-se a baixa processual.

Comparem-se com os números de 2014, ano no qual foram arquivados definitivamente 1.151 (mil cento e

cinquenta e um) processos, o que importa uma média de 96 (noventa e seis) baixas mensais.



Dessa forma, verifica-se que os resultados obtidos em apenas quatro dias de conciliação equivalem ao arquivamento mensal médio de 2014, acrescido de 70%.

São bons números.

Ademais, a medida está em sintonia com os princípios norteadores do processo previstos pelo novo CPC, que estimula e induz as partes, defensores e magistrados à busca pela composição amigável.

Fonte: Humberto Soares Lemes - Supervisor da Seção de Processamento e Procedimentos diversos da 12ª vara.

TERÇA GERENCIAL NA JFGO



A SEDER – Seção de Desenvolvimento de Recursos Humanos promoveu no dia 10 de novembro mais

uma Terça Gerencial cujo tema foi “Desafiando os gigantes do Medo e do Comodismo – Aprendendo a ser um líder diferenciado” com o palestrante motivacional Wesley Amaral.

A palestra foi transmitida por videoconferência para toda a 1ª Região.

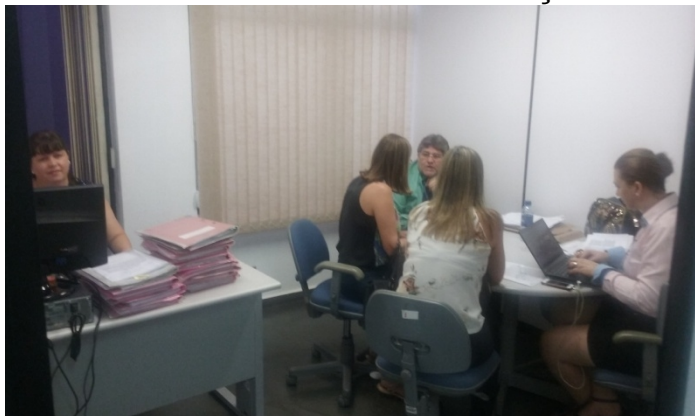
Reunião do CIPE



No dia 31/11, na sala da Diretoria do Foro, o Diretor da Secretaria Administrativa, Clécio Bezerra Nunes Júnior, Presidente do Comitê Institucional de Planejamento Estratégico em Goiás – CIPE/GO, reuniu-se com membros do Comitê para deliberar sobre o Plano de Ação 2015/2016, após proposições de diversos núcleos e varas que compõem a Seção Judiciária de Goiás, e as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme dispõe a Portaria Presi 375/2015, do TRF-1ª Região, que delega competência aos CIPEs para realizar as Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs.

O CIPE/GO, após manifestação do Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1 e considerando a realidade orçamentária, que é de contingenciamento de recursos, reavaliou as iniciativas do Plano de Ação 2015/2016, redefinindo aquelas que serão ou não executadas, além do estabelecimento de novos prazos para conclusão. Na ocasião, foram apresentadas as metas do CNJ e os percentuais de cumprimento por parte desta Seccional, além de outros assuntos relacionados ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

Semana Nacional de Conciliação



Durante a Semana Nacional de Conciliação, que ocorreu no período de 23 a 27 de novembro, foram designadas 119 audiências e realizadas 79, resultando em 53,16% de acordos, o equivalente a R\$ 431.498,80 em valores acordados.

O Mutirão foi organizado pelo Centro Judiciário de Conciliação - CEJUC/GO e envolveu ações do Sistema Financeiro da Habitação e de indenização contra a CAIXA, cujos processos estão na Turma Recursal para julgamento.

Atuaram no Mutirão os juízes federais Juliano Taveira Bernardes, José Godinho Filho e Fausto Mendanha Gonzaga, além dos servidores das Varas envolvidas na realização das audiências e servidores da Turma Recursal.

Curso de Formação para Conciliadores



A Supervisora do Centro Judiciário de Conciliação - CEJUC/SJGO, Carolina Brito Alves, foi convidada a participar como Instrutora do I Curso de Formação de Conciliadores do CEJUC da Seção Judiciária do Distrito Federal, realizado no

período de 30/11 a 04/12/2015, ministrando palestras acerca da Atuação do Conciliador na Justiça Federal

e ainda sobre Conciabilidade, no dia 01/12/2015, na sede da SJDF.

Dando, com isso, prosseguimento ao 1º Curso de Formação de Instrutores de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, que ocorreu em Brasília, no período de 29/06 a 03/07/2015, promovido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em cumprimento à Resolução CNJ 125/2010, cujo objetivo foi a capacitação de servidores, preferencialmente os que já atuam nas unidades regionais de conciliação, para que estivessem qualificados a disseminar as técnicas de soluções alternativas de resolução de conflitos nas suas respectivas Seccionais e, assim, multiplicar o número de conciliadores.



PARTICIPANTES DO CURSO DE CONCILIAÇÃO



TALVEZ...

Talvez, um dia, voltarei naqueles quintais em que colhi as primeiras flores da infância. Talvez, assim, ainda poderei colher os doces frutos tão bem guardados nos mesmos quintais. Talvez, também, ainda ouvirei a passarada a anunciar a vida nas verdes ramagens da primavera!

Pode ser até que apenas o canto de um pequenino pássaro venha a ser a alegria de um grande dia! Talvez até cantarei as mesmas cantigas de roda de outrora, e entrarei na ciranda a dançar e a dizer um “verso bem bonito”, e então não direi adeus, e então não irei embora, talvez...

* Vera Lúcia Lemes da Paixão – servidora da 9ª vara



AS LAMAS QUE NOS AFLIGEM

Onde há solo fértil, rico em chuvas, relevo irregular ou íngreme, haverá lama, sedimentos. Surge de forma oportunista, repentina, seja nas encostas, estuários ou leitos de rios do nosso Brasil a fora. De acordo com seu estado e forma, também são variáveis sua composição orgânica, podendo ser dotada de diferentes elementos tóxicos extremamente nocivos à saúde humana.

Nesse contexto, poderíamos citar um típico exemplo registrado recentemente no Vale do Rio Doce, Município de Mariana/MG, onde uma barragem se rompeu, ceifando várias vidas e destruindo uma comunidade. No rastro fatídico dessa substância maléfica, não bastasse a destruição óbvia e visivelmente desoladora, foi descendo das serras dos Gerais, lambuzou o quintal onde nasci (ES) e derramou no colo do Atlântico. Não bastasse a sujeira orgânica, transtornos e prejuízos, essa matéria ordinária, por se tratar de dejetos minerais, estava carregada de elementos químicos e metais pesados, também letais à biodiversidade como um todo.

Dista-se de nossa pretensão discutir de quem é a culpa, se da própria natureza ou de imperícias humanas.

De qualquer modo, acabamo-nos por acomodarmos diante de tais tragédias. É, seja no Sudeste, Sul, Nordeste, Norte, pouco importa, o brasileiro se acostumou a ser assolado por vendavais e enxurradas de lama, limbo, merda, de toda sorte de “sujeira pesada”. Ela desliza facilmente em nosso solo, ou, por que não dizer, em algumas mentes perversas.

Enquanto olhávamos boquiabertos a lama descendo caudalosamente rumo ao mar, outra onda, ainda mais tóxica, descia das entranhas dos Planalto Central e se espalhava por todas as regiões, atolando nossa tolerância, meio que naufragando nossa dignidade. Desceu pelo Executivo, melecou e Legislativo e respingou no Judiciário. A operação Lava Jato foi esguichando com força, mais parecendo um Tsunami e, abaixo, a lama foi surgindo e escorrendo, como um grande intestino perfurado. A “Presidenta” jogou lama para todos os lados com suas pedaladas, mentiras e calotes eleitoreiros; em seguida, o ex-presidente se escorrega nos próprios excrementos e vê tesoureiros, amigos e ex-ministros serem presos com grana na cueca e lama até o pescoço. Ha, filhos e nora também devem chafurdar na lama em breve; os líderes do Legislativo, responsáveis por elaborar leis regulatórias, parecem mais poleiro de patos, destilam lamas por todos os orifícios. Não bastasse o lamaçal, acabam de descobrir um novo chiqueiro composto por banqueiro, senador, advogado e assessor do parlamentar.

Quanto aos culpados, aqui seria fundamental discutirmos e, por que não, avistá-los do outro lado das grades, pois foram legal e democraticamente eleitos pelo povo para conduzirem uma República limpa.

Imagino que a técnica da Lava Jato está lavando rápido demais, pois não há tempo para escoar a lama toda, tampouco haverá tempo para que nossa tolerância absorva tamanha podridão. São tantas operações da Polícia Federal para conter o lamaçal, “Navalha, Fênix, Saia Justa, Midas, Caixa de Pandora, Juízo Final, Porto Seguro, Acrônimo...”, que o repertório que as batiza está se exaurindo.

Quanto à toxidade e sujeira do Rio Doce, provavelmente o período chuvoso e o poder do mar se encarregarão de eliminar em seu tempo. O mesmo não podemos afirmar quanto aos podres oriundos dos poderes constituídos, pois se encontram arraigados, consolidados nos hábitos, costumes e cultura de nossa Pátria mãe. Como diriam alguns profissionais da mídia, “institucionalizou-se a prática do pixuleco”.

Goiânia, 30 de novembro de 2015.

* Elias Luiz da Silva é agente de segurança da SJGO